Espaço em Revista
ISNN: 1519-7816 v. 19, n. 2, jul./dez. 2017. p. 36-55

DUPLA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E CRÍTICA AO DESPOTISMO METODOLÓGICO DA CIÊNCIA MODERNA: contribuições da pesquisa qualitativa em geografia

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá.
Professor da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade – POSLLI, da UEG – Campus Cora Coralina.
E-mail: *ricardo.goncalves@ueg.br*

Resumo: A tradição científica erguida no interior das ciências sociais faz parte de narrativas, epistemologias e práticas que caracterizam a modernidade ocidental. A Geografia como ciência não se dissocia dos padrões hegemônicos de poder e dos discursos presentes na história da ciência moderna. É parte dela. No entanto, novos referenciais de crítica, elaboração teórica, intervenção e caminho metodológico são construídos pela Geografia contemporânea. Neste artigo, apresentamos reflexões sobre as implicações do paradigma hegemônico da ciência ocidental na Geografia em termos de discurso e prática científica e filosófica. Para isto, defende-se a importância das metodologias qualitativas utilizadas na Geografia e construídas no epicentro dos esforços das pesquisas e intervenções que procuram erigir referências alternativas, sociais, culturais e políticas, comprometidas com a emancipação social.
Palavras chave: Paradigma Hegemônico. Geografia. Pesquisa Qualitativa. Emancipação Social.

DOUBLE ARCHAEOLOGICAL EXCAVATION AND CRITICISM OF THE *METHODOLOGICAL DESPOTISM* OF MODERN SCIENCE: contributions of qualitative research in geography

Abstract: The scientific tradition built within the social sciences is part of narratives, epistemologies and practices that characterize western modernity. Geography as a science does not dissociate itself from the hegemonic patterns of power and discourses present in the history of modern science. It's part of it. However, new references of criticism, theoretical elaboration, intervention and methodological path are constructed by contemporary Geography. In this article, we present reflections on the implications of the hegemonic paradigm of Western science in Geography in terms of scientific and philosophical discourse and practice. For this, the importance of the qualitative methodologies used in Geography is defended and constructed at the epicenter of research efforts and interventions that seek to erect alternative, social, cultural and political references, committed to social emancipation.

Key words: Hegemonic Paradigm. Geography. Qualitative Research. Social Emancipation.

1 Introdução

> Uma cultura que tem uma concepção estreita de si própria tende a ter uma concepção ainda mais estreita das outras culturas. Tendo isto em mente, a análise desenvolvida neste livro envolve uma dupla escavação arqueológica: escavar no lixo cultural produzido pelo cânone da modernidade ocidental para descobrir as tradições e alternativas que dele foram expulsas; escavar no colonialismo e no neocolonialismo para descobrir nos escombros das relações dominantes entre a cultura ocidental e outras culturas outras possíveis relações mais recíprocas e igualitárias. O meu interesse é identificar nesses resíduos e nessas ruínas fragmentos epistemológicos,

> culturais, sociais e políticos que nos ajudem a reinventar a emancipação social. (SANTOS, 2009, p. 18).

No Prefácio do livro A *crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Boaventura de Sousa Santos sugere que o pesquisador das ciências sociais proceda de uma "dupla escavação arqueológica", portanto, capaz de escavar nos escombros da modernidade ocidental, a constelação de saberes, fazeres e cosmologias construídas por diferentes sujeitos e as grafias materiais e simbólicas da existência. São trabalhadores e populações camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas cujos conhecimentos estão inscritos na vida cotidiana, na relação com a natureza, nas práticas agrícolas, usos da terra, da água e das sementes.

Neste sentido, o presente artigo dialoga com referenciais que permitem ao pesquisador, neste caso o geógrafo, aproximar de maneira substantiva dos diferentes sujeitos e territórios cujas cosmologias foram naufragadas nos subterrâneos do que a modernidade ocidental construiu em termos de discurso e prática científica e filosófica. Para isto, defende-se a importância das metodologias qualitativas utilizadas na Geografia e urdidas nos esforços de pesquisa e intervenção que procuram construir referências alternativas, sociais, culturais e políticas, comprometidas com a emancipação social. Imiscuídas ainda com a construção de uma sociedade justa e igualitária, sem os descompassos que segregam, espoliam trabalhadores e exaurem territórios coletivos.

Os argumentos apresentados na pesquisa resultam de esforços teóricos e metodológicos parcialmente presentes na tese de doutorado do autor e baseados na revisão bibliográfica em distintos campos disciplinares, como a Literatura, Filosofia, Sociologia, História e Geografia. Autores como Lencioni (2003), Marcondes (2007), Konder (1981), Gomes (1991), Kosik (1976), Sousa (2009), Capra (1996), Berman (1986) Lowy (1985) contribuem com as reflexões ilustradas no texto.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo divide-se em três partes. Na primeira parte do texto procede-se de uma breve reflexão sobre as contribuições dos filósofos gregos para o conhecimento geográfico e a tradição filosófica dominante que se desenvolveu no Ocidente. Isto se justifica pela força destes pensadores na edificação de epistemologias hegemônicas imbricadas nos métodos, nos discursos e nas práticas da ciência moderna. No segundo momento, investigou-se o desenvolvimento e a construção hegemônica da ciência moderna e do modelo paradigmático que as ciências sociais herdaram especialmente da matemática e da física. A maneira como a geografia participa deste processo e fundamenta

suas narrativas, métodos e metodologias percorrem as análises e as críticas que tecem a segunda parte do artigo. No terceiro momento, defende-se a importância das metodologias qualitativas na construção de um conhecimento emancipador, dialógico e participativo. Com efeito, a Geografia, ao munir-se das metodologias qualitativas incrementa e enriquece a ação investigativa que ocorre mediada por atitudes participativas com os sujeitos e seus territórios.

Espera-se contribuir com a reflexão geográfica compartilhada com pesquisadores envolvidos na construção coletiva de pesquisas que não exilam a prática da teoria, a ação da reflexão, os sujeitos das possibilidades de intercâmbios pedagógicos.

2 Das alturas do Olimpo, o horizonte iluminado pela razão

No interior do conjunto de teorias e métodos que dão substância epistemológica, reconhecimento e *status* científico à Geografia, há o conhecimento geográfico que transcorre sinuoso os séculos e as distintas culturas e civilizações. Por exemplo, na civilização sumeriana, que floresceu e progrediu no século XXI anterior à era cristã na Baixa Mesopotâmia até a civilização grego-romana, depara-se com as bases históricas da civilização ocidental (LENCIONI, 2003). Como também é possível encontrar aí os germes de um conhecimento geográfico avançado como o que foi desenvolvido pelos filósofos gregos.

As mudanças nas paisagens naturais, a origem da vida, as dinâmicas sociais e o intercâmbio sociometabólico entre os seres humanos e a natureza, desde remotos séculos, suscitaram dúvidas e um perene esforço da humanidade em entendê-los e explicá-los, seja recorrendo ao recurso da metafísica e aos parâmetros das crenças cosmológicas arraigadas no pensamento mítico ou nos progressos das ciências, das técnicas e das tecnologias. No Ocidente, ainda no século VI A.C., nas colônias gregas, um grupo de pensadores (que são chamados de filósofos na história do pensamento ocidental), enfrentou o desafio de "escalar" o Monte Olimpo com seus questionamentos (conforme a Mitologia Grega, o Monte Olimpo era considerado a morada dos doze deuses do panteão grego: Zeus, Hera, Poseidon, Atena, Ares, Deméter, Apolo, Ártemis, Hefesto, Adrofite, Hermes e Dionísio). "Interrogaram os deuses" e do topo do Olimpo puderam avistar um novo horizonte, iluminado e aberto às possibilidades da razão, perpassado por explicações que buscaram na própria natureza e na realidade social objetiva, e não apenas nos mitos, a origem, a contradição e o movimento das coisas. Os filósofos permitiram anunciar um novo modo de explicar e relacionar com a natureza. No entanto, isso não significou um processo de ruptura completa com o pensamento mítico, como explicita Marcondes (2007, p. 21)

> Se o pensamento filosófico-científico surge por volta do século VI A.C., essa ruptura com o pensamento mítico não se dá de forma completa e imediata. Ou seja, o surgimento desse novo tipo de explicação não significa o desaparecimento por completo do mito, do qual, aliás, sobrevivem muitos elementos mesmo em nossa sociedade contemporânea, em nossas crenças, superstições, fantasias etc., isto é, em nosso imaginário. O mito sobrevive ainda que vá progressivamente mudando de função, passando a ser antes parte da tradição cultural do povo grego do que a forma básica de explicação da realidade. (MARCONDES, 2007, p. 21).

Lencioni (2003), ao discutir o desenvolvimento do conhecimento geográfico na Antiguidade, afirma que o maior legado da Antiguidade é, sem dúvida, o proporcionado pelos gregos[1]. Desta maneira, aceitar esse posicionamento demanda, concomitantemente, dizer que as origens do conhecimento geográfico entre os gregos são indissociáveis do pensamento filosófico que produziram. A Geografia e a Filosofia habitavam o mesmo espírito inquieto dos primeiros filósofos do mundo helênico. Podem ser citados, por exemplo, aqueles que pertenceram à escola jônica de filosofia,

> Os gregos pertencentes à escola jônica de filosofia podem ser considerados como os primeiros geógrafos, num sentido figurativo, por terem sido pioneiros na construção de um conhecimento metódico. A transitoriedade das coisas fascinava-os. Construíram uma explicação do Universo, das diferenciações do mundo, das influências climáticas, das marés, dos rios e da superfície da Terra, e elaboraram divisões do mundo. (LENCIONI, 2003, p. 36).

Entre os jônicos, destacam-se Tales de Mileto, Anaximandro, Anaxímenes, Xenófanes e Heráclito. A contribuição de Heráclito (aprox. 540-480 A.C.) à posteridade dos debates filosóficos e avanços em termos de método científico, é central para a organização do pensamento dialético capaz de se posicionar diante das contradições da realidade e da manifestação dos conflitos sociais. Permitindo, assim, compreender o mundo como essencialmente contraditório e em permanente transformação.

De acordo com as explicações de Konder (1981), nos fragmentos deixados por Heráclito pode-se ler que tudo existe em constante mudança, que o conflito rege todas as coisas do mundo. Conforme Marcondes (2007), a tradição da história da filosofia inaugurada por Friedrich Hegel (1770 - 1831) viu em Heráclito o primeiro filósofo a desenvolver um pensamento dialético. Heráclito valorizou a unidade dos opostos que se integram e não se anulam. Ainda, por ver no conflito a causa motriz do movimento do real. Marcondes (2007, p. 36) também afirma que "isso caracteriza uma espécie de dialética da natureza, embora

[1] Tal fato não exclui a compreensão das contribuições de outros povos e civilizações. Andrade (2008), por exemplo, ao falar das ideias geográficas na antiguidade, destaca a contribuição das civilizações chinesa e hindu na Ásia Oriental e Meridional, assim como povos da Oceania e da América Andina.

Heráclito, ele próprio, não empregue nos fragmentos que conhecemos o termo "dialética", aparentemente encontrado pela primeira vez em Platão". Desse modo, foi a partir da inquirição filosófica que os fenômenos da natureza e da sociedade suscitaram a maior necessidade de interpretação. O "ser da coisa", a estrutura da realidade, passou a ser questionado de maneira sistemática diante da filosofia.

É intrínseca e dialética a relação entre ciência e filosofia, da qual a Geografia não se escapa. Para Gomes (1991),

> A Filosofia abastece a ciência com suas formulações genéricas, abrangentes e sistêmicas a respeito do mundo, da natureza, da sociedade e do indivíduo, tomados como totalidade. A Ciência, de posse desse patrimônio conceitual totalizante, amplia os diversos campos do saber científico, utilizando-se não só dessa "estrutura conceitual filosófica", como também dos seus métodos específicos de análise. Por sua vez, a ciência repassa à filosofia o novo saber acumulado, que irá exigir do raciocínio lógico dialético novas formulações genéricas. E toda esta estrutura de conhecimento filosófico, científico desce à sociedade para ser testado como categoria universal de valor, através da prática social, referendado pela sociedade – instância superior no universo, que caminha progressivamente em sua marcha histórica e social. (GOMES, 1991, p. 23).

Como demonstrado por Gomes (1991), a filosofia está integrada nos esforços despendidos pelos cientistas sociais que se dedicam à interpretação da natureza e da sociedade. Kosik (1976, p. 17), por exemplo, diz que "desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis". Os avanços científicos são constantemente interpretados pelo olhar inquiridor da filosofia, que inversamente também abastece as ciências de pressupostos e paradigmas. Há, assim, elos permanentes entre ciência e filosofia, dentro dos quais a Geografia também está posicionada, privilegiada por discussões que envolvem o método e a metodologia, imbricados por conceitos, temas e teorias geográficas que ajudam a desvendar os fenômenos e seus conteúdos no espaço.

Sendo assim, é coerente o empenho dedicado à discussão sobre as ferramentas teóricas e metodológicas da pesquisa geográfica para perceber profundamente a forma de "ser espacial" do fenômeno que se propõe estudar. Isso inclui também a preocupação com a dimensão filosófica do próprio espaço, da maneira entendida por Santos (1988), ou seja, "espaço geográfico enquanto categoria filosófica". A filosofia, neste sentido, não se confunde com a metafísica e o esforço de abstração fora do concreto do mundo e do ser social.

Conforme as próprias palavras de Santos (1988),

> Sem dúvida a palavra filosofia assusta, de um lado porque ela é, numa acepção pejorativa, freqüentemente confundida com a metafísica: entre os que se dizem preocupar com o concreto das coisas, muitos imaginam que o esforço da abstração pode ser feito fora do concreto e mesmo contra o concreto. E a concretude da abstração está na base mesma da realização dos nossos mínimos atos como ser social. (SANTOS, 1988, p. 11).

O espírito interrogativo, abastecido de dúvidas, é próprio do processo de compreensão geográfica dos fenômenos no espaço, cujo resultado se deve à geografização de um conjunto de variáveis (sociais, políticas, institucionais, culturais etc.) e suas interações, sem as quais não é possível conhecer e definir o objeto pesquisado. No entanto, numa pesquisa, nem tudo é apreendido imediatamente. Compreender o fenômeno demanda atingir sua essência de maneira integrada ao esforço interpretativo do território e das territorialidades. "Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível" (KOSIK, 1976, p. 16).

Por conseguinte, essa capacidade de apreender a essência dos fenômenos, interrogá-los e interpretá-los a luz da razão, conheceu suas origens no pensamento filosófico dos gregos há aproximadamente seis séculos antes do início do calendário cristão. E, o desenvolvimento das ciências na modernidade ocidental foi abastecido pelos referenciais filosóficos produzidos pelos gregos.

Com o progresso das ciências, a utilização racional das técnicas e tecnologias a serviço do colonialismo e do domínio capitalista de territórios e trabalhadores, matrizes culturais que orbitaram e orbitam outros lugares além do universo europeu, foram apagadas dos discursos e das práticas científicas modernas. Para Santos (2009), a racionalidade científica tornou-se global e totalitária ao negar todas as outras formas de conhecimento que não sejam as epistemologias urdidas pela ciência moderna.

3 Contra o despotismo da ciência moderna

Os filósofos gregos deixaram como herança um vasto conhecimento compilado sobre o homem e a natureza. Séculos se passaram e estes pensadores e seus escritos não foram enterrados nas sepulturas do esquecimento. Mesmo com suas ideias consideradas perigosas e seus manuscritos trancafiados nas bibliotecas de escuros e mórbidos mosteiros, os filósofos gregos "continuaram a rondar" a Europa durante longos séculos, foram interpretados e traduzidos por filósofos medievais da escolástica cristã, como Tomás de Aquino (1225-1274), ou pela curiosidade dos árabes, até serem redescobertos pelos renascentistas do século XVI.

No Renascimento, o homem passou a ocupar centralidade. No lugar do teocentrismo propagado na Idade Média pela Igreja Católica, o antropocentrismo tomou posição. A literatura e a arte se desenvolveram, as curvaturas detalhadas de corpos nus e sorrisos misteriosos e intraduzíveis foram expostas em quadros e estátuas assinadas por seus próprios autores.

Nicolau Copérnico (1473-1543) provou que a Terra não é o centro do Universo e propôs a teoria heliocêntrica. Giodano Bruno (1548-1600) não se curvou diante do clero e do poder papal e foi queimado na fogueira da Inquisição. Giordano Bruno foi considerado herético e inimigo da verdade absoluta propagada pela revelação divina e de domínio da Igreja Católica, por defender teses como a de que Deus estava presente na natureza e que o universo é infinito. Leonardo da Vinci (1452-1519), por sua vez, dissecou corpos, projetou objetos voadores e pintou obras de arte que se tornaram patrimônios universais, como o quadro de Mona Lisa exposto no Museu do Louvre, em Paris, França. Martinho Lutero (1483-1546) e João Calvino (1509-1564) propuseram a reforma do Cristianismo e revolucionaram a religião cristã no interior do que ficou denominado na história como Reforma Protestante.

É neste itinerário de pensamento que a relação entre os seres humanos e a natureza foi rompida de maneira que esta pudesse ser interpretada e explorada pela racionalidade técnica-científica e do capital. Francis Bacon (1561-1626), um dos principais arautos dessa posição e expoente do método experimental, afirmava que "saber é poder" e, para conhecer as leis que regem a natureza e dominá-las conforme os interesses da ciência e da técnica seria preciso dispor de métodos assentados nos experimentos matemáticos. Galileu Galilei (1564-1642) enfatizava que o livro da natureza estava escrito em linguagem matemática.

Diante dessas novas ideias e descobertas, para os padres da Igreja Católica o apocalipse se aproximava. O diabo pairava no ar e na mente ardilosa de cientistas e filósofos. Os pecados disseminavam-se e ardiam nos espíritos interrogativos. Por outro lado, a ciência moderna emergia prometendo um futuro de liberdade, felicidade e progresso. E, tudo isto ocorria em concomitância com a expansão mundial do capitalismo por meio das navegações e conquistas de novos continentes como as Américas.

Um novo posicionamento do homem em relação à natureza se firmou a partir do século XVI, enquanto se iniciava o reinado da ciência moderna. O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvida nos séculos subsequentes no domínio das ciências naturais e se desdobrando

no interior das ciências sociais emergentes no século XIX. Podendo, assim, falar em um modelo global de racionalidade científica. (SANTOS, 2010).

De acordo com Capra (1996), a visão de mundo e o sistema de valores que então na base da cultura ocidental foram formulados em suas linhas essenciais nos séculos XVI e XVII. Entre os séculos XVI e XVII, que para Berman (1986) compõem a primeira fase da história da modernidade, houve mudanças significativas na maneira como as pessoas observavam e descreviam a sociedade e a natureza, aos poucos norteadas pela ciência e seus paradigmas racionais.

Logo, Berman (1986) dividiu a história da modernidade em três fases.

> Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. [...] Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. (BERMAN, 1986, p. 16-17).

Sendo assim, no conjunto destas distintas fases, destacadas por Berman (1986), mudanças radicais aconteceram. A visão orgânica, panteísta e teocêntrica do universo foi sendo substituída pela noção de natureza como se ela fosse uma máquina e, a máquina do mundo converteu-se na metáfora dominante da era moderna. A ciência moderna emergiu propondo um modelo global de racionalidade científica negando todas as demais formas de conhecer espalhadas nos territórios fora da cartografia do Continente Europeu. Santos (2010) denomina este processo de modelo totalitário.

O método analítico de raciocínio concebido pelas formulações filosóficas de René Descartes (1596-1650), um dos principais expoentes da ciência moderna, influenciou a produção do conhecimento nos séculos seguintes à sua obra *Discurso sobre o método*. A partir de sua compreensão racionalista de mundo, Descartes (2006) propôs elaborar um método universal que fosse capaz de conduzir a ciência ao "reino da verdade".

Descartes (2006) resume seu método dividindo-o em quatro partes.

> O primeiro era o de nunca aceitar alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal, ou seja, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção e de nada mais incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse motivo algum de duvidar. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias, a fim de melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como que por degraus, até o conhecimento dos mais compostos e presumindo até mesmo uma ordem entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de elaborar em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir. (DESCARTES, 2006, p. 21).

Com efeito, René Descartes (1596-1650), Galileu Galilei (1564-1642), Isac Newton (1643-1727) e outros, acreditavam que o paradigma para a compreensão do mundo estava assegurado na sua estrutura matemática. Ciência se tornou sinônimo de matemática. Nada poderia ser admitido como verdadeiro se não pudesse ser interpretado e demonstrado matematicamente. Esses homens propuseram a compreensão dos fenômenos da natureza a partir da quantificação. Nos séculos seguintes ao período em que viveram, a aceitação e difusão da filosofia cartesiana e do método proposto por seu expoente, René Descartes, influiu na produção do conhecimento tanto no interior das ciências naturais quanto sociais. Acreditou-se, por centenas de anos, na possibilidade de um método universalmente válido, capaz de explicar a natureza e a sociedade regidas pelas mesmas leis.

Para Santos (2009), o lugar de protagonismo exercido pela matemática no interior da ciência moderna resultou em duas consequências principais:

> Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta-se na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar as relações sistemáticas entre o que se separou. (SANTOS, 2009, p. 63).

Observar e medir, conforme os rigores da matemática, tornou-se uma das principais características do método científico adotado pela ciência moderna. Por consequência, das ciências naturais se estendeu para as ciências sociais e, "por maiores que sejam as diferenças entre os fenômenos naturais e os fenômenos sociais, é sempre possível estudar os últimos como se fossem os primeiros." (SANTOS, 2009).

Firmada em modelos matemáticos e inspirada nos avanços da Física, a racionalidade científica que preside a ciência na modernidade ergueu-se diante do que Santos (2009) classifica como *Epistemologia do Norte,* sobreposta hegemonicamente à *Epistemologia do Sul*. Desfazendo, assim, de todas as experiências reunidas em torno de *saberes-fazeres*, cosmologias que compõem o universo existencial e as sociabilidades povos da África e Ásia ou de populações indígenas e camponesas da América Latina e do Caribe. Logo, para Santos (2008), a *Epistemologia do Sul* visa à recuperação dos saberes e práticas dos grupos sociais que, por via da ciência moderna, do capitalismo colonialista e predatório foram postos na condição de objeto e matéria-prima da racionalidade dominante, eurocêntrica e por isso, a única válida, chamada por ele de *Epistemologia do Norte*.

Firmadas na crítica rente a este tipo de pensamento colonialista, segregador (de relações de classe, racial ou de gênero), cristão e branco, epistemologias amparadas no respeito às diferenças e questionadoras das desigualdades, referenciadas no diálogo pedagógico e participativo com trabalhadores, movimentos sociais e populações tradicionais têm sido construídas no interior da Geografia. Enlaçadas nas mudanças e aprendizados teóricos e metodológicos desta ciência, destacam-se as contribuições da pesquisa qualitativa.

4 Da frieza dos números à substância qualitativa dos territórios e dos sujeitos

No século XIX, a racionalidade técnica e científica que se formou nos séculos anteriores, sem, no entanto, dissociar-se dos interesses do capital em expansão a partir da Europa, se estendeu às ciências sociais que surgiam naquele momento. Neste contexto, Émile Durkheim (1858-1917), um dos principais expoentes do positivismo, referenciado no caminho deixado por Auguste Comte (1798-1857), procurou sistematizar um método que pudesse garantir cientificidade e objetividade à Sociologia em *As regras do método sociológico* (DURKHEIM, 2007). Na centralidade da proposta metodológica de Durkheim (2007), os fatos sociais são considerados “coisas”.

> É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, p. 13).

Lowy (1985), ao discorrer sobre a neutralidade científica proposta pelo positivismo de Émile Durkheim, afirma que a posição do cientista social é o de estudar a sociedade com o mesmo espírito objetivo, neutro, livre de juízo de valor, desprovido de qualquer ideologia ou

visão de mundo. Além disso, endossou o imperialismo europeu, a conquista dos territórios e dos povos em continentes como a África e a América. Ou seja, serviu aos interesses do capital em franca expansão no século XIX.

Conforme os princípios do positivismo, o mundo é ordenado por leis gerais e a realidade para ser compreendida deve ser quantificada com o rigor que o método positivista exige. O movimento do real e suas contradições, conflitos, processos e relações dialéticas, são neutralizados, fragmentados ou isolados. Conforme Kosik (1976, p. 31) "no mundo do fisicalismo que o positivismo moderno considera realidade, o homem pode existir apenas como uma determinada atividade abstrata, isto é, como físico, estatístico, matemático, mas, jamais com todas as suas virtualidades, jamais como homem inteiro".

Os postulados filosóficos, técnicos e científicos da ciência moderna e especialmente do positivismo tiveram desdobramentos rentes na ciência geográfica e seu processo de institucionalização no século XIX. Por conseguinte, as ciências naturais, sustentadas pelo "método experimental", ganharam força e se impuseram como modelo de cientificidade, fundamentadas na observação e na experimentação. Além disso, a objetividade e a neutralidade foram apresentadas como pressupostos básicos, o que reverberou na compreensão do espaço geográfico exilado da sociedade que o produz.

Neste sentido, Fabrini (2005) afirma que a ciência geográfica, surgida no contexto do positivismo, estava comprometida com as posições políticas dos seus fundadores. Isso é verificado, sobretudo nos estudos de Friedrich Ratzel (1844-1904), que visualizava a elaboração de um conjunto de conhecimentos que pudessem servir ao expansionismo alemão e a construção de um império colonial, pois aquele país chegara tardiamente na divisão do mundo entre as nações centrais do capitalismo. Por outro lado, os estudos de geógrafos anarquistas como Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921), também comprometidos politicamente, assentaram-se no anarquismo militante, condenando a colonização, as estruturas de poder e o estado, abrindo perspectiva para o pensamento libertário no interior do pensar e do fazer geográfico.

No século XIX, a classe dominante de países como Alemanha, França e Inglaterra estimulou a formação de sociedades geográficas e expedições a fim de buscar informações "científicas" nas suas colônias (espalhadas na África, América, Ásia) que pudessem servir aos processos de acumulação de capital, dominação de novos espaços e geopolítica do poder exercida mundialmente. Por isso, está correto dizer com Santos (2008, p. 29) que "a geografia oficial, foi "desde os seus começos" mais uma ideologia que uma filosofia". "A ideologia

engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia". Essas dissertações demonstram que a instituição da Geografia no século XIX esteve a serviço do poderio imperial no contexto de plena exaltação do positivismo. Mais de meio século depois, em meados do século XX, no contexto Pós-Segunda Guerra Mundial, firmado nos postulados do neopositivismo, acreditou-se na aplicação da quantificação para atribuir cientificidade à Geografia.

Após a II grande Guerra Mundial, os geógrafos buscaram novos paradigmas interpretativos com o advento da Nova Geografia (*New Geography*), surgidos a partir de obras publicadas nos Estados Unidos e na Inglaterra (como *Theoretical Geography,* de William Bunge; e *Explanation in Geography*, de David Harvey). Em vista das transformações na sociedade, com a internacionalização da economia e mudanças socioespaciais como crescimento das cidades, industrialização, questões ambientais e urbanas, surgia uma nova concepção de geografia, que se colocava não apenas como diferente, mas como oposição à geografia descritiva. Neste sentido, Santos (2008, p. 69) refere-se a Ian Burton, dizendo que este "escrevia em 1963 que a revolução quantitativista havia feito da nossa disciplina uma ciência respeitável". Os geógrafos passaram a desenvolver técnicas quantitativas e a realizar leituras estratégicas dos territórios por meio da cartografia. Baseados em pesquisas com emprego de deduções lógicas/ matemáticas e uso de computadores, procuravam abandonar os métodos empíricos/indutivos do passado. No Brasil, o curso de Geografia Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, assim como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reuniram pesquisadores expoentes da Geografia Quantitativa.

Christofoletti (1985) elucida que,

> No Rio de Janeiro, os trabalhos científicos foram desenvolvidos no Instituto de Geografia da Fundação IBGE, destacando-se a utilização de técnicas quantitativas nas análises espaciais das diversas regiões brasileiras e nos tópicos de Geografia Humana. No findar de 1970, a Revista Brasileira de Geografia apresentou número especial mostrando resultados obtidos através de aplicação dessas técnicas, em trabalhos abordando assuntos variados e redigidos por pesquisadores brasileiros e visitantes [...]. Em Rio Claro, como conseqüência da tomada de consciência, a 4 de março de 1971 foi fundada a Associação de Geografia Teorética que vem patrocinando a realização de cursos, conferências e a publicação do Boletim de Geografia Teorética. (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 78).

No âmago do debate em ebulição na Geografia, nos anos 1970, mais uma vez essa ciência passou a ser interrogada e renovada. Questões sobre o método e a natureza da Geografia (se é uma ciência social ou natural) foram fortalecidas. As transformações, os

conflitos e as contradições da sociedade atravessadas pelo domínio e exploração frente à força imperativa do capital reverberam nos discursos e nas pesquisas no âmbito geográfico.

Para Moreira (2009, p. 28) "é evidente que a renovação de uma ciência está em linha de relação direta com a consciência que os seus intelectuais têm de questões que a história a ela está pondo, colocando-a em crise". Neste contexto, a teoria marxista foi instrumentalizada como método, mais recentemente, com a denominada renovação do pensamento geográfico na década de 1970. Foi com o incremento dos estudos marxistas que o conhecimento geográfico assumiu novas características e a Geografia foi construída como uma ciência da sociedade e seu objeto de estudo, o espaço construído socialmente.

Além disso, importantes eventos e obras influenciaram os geógrafos e o movimento de renovação. Moreira (2011) chama a atenção para o encontro da AGB em 1978, reunindo geógrafos insuflados nas transformações críticas. Destaca ainda o papel seminal de Lacoste com o clássico A *Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Cita também a influência da obra teórica de Lefebvre, que aprofunda a compreensão marxista do espaço, tomando como ponto de partida a cidade. Acrescenta também o livro de Massimo Quaini *Marxismo e Geografia* e *A construção da Geografia Humana*. As revistas de geografia também influenciaram neste momento, como: Antipode, Herodote, Terra Livre, Boletim Paulista de geografia etc. Reunido esse processo ganhará força e demonstrará o caráter social da geografia. Milton Santos, por sua vez, chamou atenção para a historicidade do espaço em *Por uma Geografia Nova*. Como demonstra Moreira (2007, p. 27), ao longo desse livro, "descobre-se com Milton Santos que a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade. Ora, se o espaço tem essa natureza, o modo de entendê-lo muda de todo. Mais que isso: se é ele o objeto da geografia, então na geografia tudo muda".

No seio das transformações no método, no conteúdo, nas práticas e nas ações políticas dos geógrafos nos final dos anos de 1970/80, Moreira (1982), afirma que

> A geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes. (MOREIRA, 1982, p. 2).

A discussão sobre o espaço fortalece a dimensão social da Geografia, sem eximir a classe social e o vislumbre de que no horizonte das ações e práticas dos geógrafos está também a transformação da sociedade. "Afirmamos que espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência, se pretende prestar-se a

alguma utilidade na prática da transformação social" (MOREIRA, 1982, p. 2). Esses postulados epistemológicos também influíram nas escolhas metodológicas dos pesquisadores apontando para uma aproximação com procedimentos de natureza qualitativa como as entrevistas, pesquisa participante e diário de campo.

Isso se deve também, do ponto de vista filosófico, à emergência do método fenomenológico praticado nas pesquisas em Geografia, influenciado por filósofos como Max Scheller (1874-1928) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). A fenomenologia, ao permitir aproximações com a dimensão da existência humana como subjetividade e as percepções decorrentes das experiências vividas, também influi na reflexão e na *práxis* metodológica dos geógrafos. Embasada nos postulados da fenomenologia, a Geografia, "afirmou que a consciência diante de qualquer objetivação científica é sempre uma consciência engajada, negação de qualquer imparcialidade" (LENCIONI, 2003, p. 151). Lencioni (2003) ainda constata que a Geografia colocou em palco elementos exilados pelo positivismo, criticando de maneira incansável a depreciação do vivido em função do concebido. Análises das paisagens urbanas e rurais, de obras literárias, e significados e símbolos passaram a compor as investigações geográficas.

Assim, de maneira abrangente, pode-se dizer também que a partir da década de 70 do século XX, o modelo de racionalidade moderna vem sendo questionado por vozes vindas das ciências naturais e sociais, da física quântica, do marxismo, da fenomenologia e da psicanálise. Segundo Chaveiro (2007)

> É corrente – e recorrente – o anúncio de novos paradigmas do conhecimento e a afirmação de que as bases positivistas que ampararam a ciência moderna, logrou uma tradição acadêmica baseada na especialização dos campos de saberes, na fragmentação temática, no reducionismo interpretativo, no mecanismo metodológico, na concepção determinista da natureza, na função economicista, na externalização e desvalorização de componentes humanos para se proceder ao conhecimento, como a sensibilidade, o afeto e a emoção, a corporeidade. (CHAVEIRO, 2007, p. 175).

Neste sentido, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como Capra (1996), Prigogine e Stengers (1991), Santos (2009, 2010), Morin (2003) e Quijano (2005) falam das consequências desencadeadas por séculos de pragmatismo, quantificação, eurocentrismo, colonialismo, separação natureza/cultura e sujeito/objeto. Uma irmandade de termos e noções como ruptura paradigmática, paradigmas emergentes, pluralidade cultural, epistemologia do sul, paradigma da complexidade, holismo, bioespaço etc., ocupa, cada vez mais, capítulos ou páginas de livros, artigos e teses, incluindo o campo temático da Geografia. São termos que

carregam consigo novas reflexões e críticas, posturas filosóficas e embasamentos epistemológicos. Representam novas propostas metodológicas. Clamam por metamorfoses na compreensão e relação com o mundo.

Diante disso, a pesquisa qualitativa transita entre as opções metodológicas dos pesquisadores demonstrando que o pensamento lógico-matemático é uma, e não a única forma de produção de conhecimentos, abrindo um novo modo de pensar e praticar a investigação científica. De aproximar-se dos sujeitos e participar da pedagogia cotidiana tramada em seus territórios.

A relação entre as mudanças históricas e as novas exigências metodológicas fica evidente nas teorias e nas pesquisas geográficas. Comunidades tradicionais, assentamentos rurais, trabalhadores no campo e nas cidades, conflitos socioambientais, as resistências e lutas protagonizadas por movimentos sociais passam a compor os resultados apreendidos por meio de técnicas de pesquisa qualitativa e apresentados por pesquisadores geógrafos. São resultados que comunicam também com um universo de saberes, símbolos e cosmologias. Alguns se reduzem apenas ao processo descritivo, outros apreendem a essência dos fenômenos e suas contradições. Expõem situações de exploração dos trabalhadores e da natureza. Trazem a lume grupos sociais que foram e são expropriados e invisibilizados pelo capital. Tratam da vida social do homem simples, das relações de pertencimento, da cotidianidade, do senso comum, da economia dos gestos e das lutas. Afinal, como afirma Martins (2008, p. 9) “todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido”.

Para Brandão (2009), aqui e ali, entre pesquisadores e pesquisadores de um lado e outro, surgem sinais de críticas. Do lado subalterno do mundo, das culturas das gentes populares que habitam as comunidades indígenas ou rurais e vivem nas periferias proletárias, cada vez com mais força chegam perguntas que os próprios cientistas por muito tempo desconheciam, até mesmo pelos próprios modelos metodológicos utilizados, que de certa forma os impediam de compreender tais situações do real, por não entenderem a voz dos sujeitos enquanto ferramenta de pesquisa protagonista. Assim, acredita-se que, ao optar pelas escolhas metodológicas qualitativas pode-se imergir no universo das Comunidades Camponesas e nos bairros operários, conversar com as pessoas, observar as paisagens, extrair informações e compilar os resultados.

Ao falar de pesquisa qualitativa, a intenção é dialogar com o interesse em apreender os princípios metodológicos da pesquisa em geografia enquanto ciência social. No entanto, contrapõe-se ao *status* epistemológico que se tornou hegemônico nas ciências sociais desde o século XIX, incluindo a Geografia. Confronta-se a generalização do modelo quantitativo, empírico e descritivo, que caracterizou um posicionamento positivista ausente da crítica teórica, empunhando uma compreensão de ciência centrada na compilação e acúmulo de dados quantificados, suscetíveis de verificação imediata, por meio de evidências observáveis e/ou estatísticas (REY, 2005).

A ênfase na metodologia qualitativa difere, assim, ao que Rey (2005) chama de metodologismo, no qual os instrumentos e as técnicas se emanciparam das representações teóricas convertendo-se em princípios absolutos de legitimidade da informação produzida pelos pesquisadores, buscando reconhecimento por meio de processos de significação estatística ou dentro da lógica indutiva de observação empírica. Esse processo conduziu a um instrumentalismo exacerbado que "corrompeu o objetivo da ciência e levou à reificação do empírico, provocando profundas deformações ao usar a teoria" (REY, 2005, p. 3). O mesmo autor ainda defende que falar de metodologia qualitativa implica um debate teórico-epistemológico, sem o qual é impossível superar o culto instrumental derivado da influência positivista.

Tradicionalmente usadas em disciplinas como a Antropologia, Sociologia, Psicologia e Pedagogia, as técnicas de pesquisa qualitativa ganham força nas pesquisas geográficas (RAMIRES; PESSÔA, 2009). Entre elas, a observação direta, entrevistas, pesquisa participante, análise do discurso e diário de campo. Elas permitem ao pesquisador ouvir sons de vozes que foram silenciadas por séculos e que agora emergem de maneira contestadora (os camponeses e suas lutas junto aos movimentos sociais no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra [MST], é exemplo disso). Sentir sabores e odores novos. Resgatar lembranças esquecidas. Olhar e refletir sobre as paisagens. Compartilhar saberes. Ensinar e aprender. Em resumo, permite que a pesquisa penetre no mistério humano. Por meio da pesquisa qualitativa pode-se também aproximar do conhecimento que está inscrito na vida de cada dia, nos saberes-fazeres do cotidiano, nas múltiplas racionalidades que pulsam nos *territórios da existência*, mas, foram desqualificadas pelo conhecimento científico hegemônico.

Lakatos e Marconi (2013) afirmam que a análise qualitativa trabalha com o universo de significações, motivos, anseios, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço

de relações profundas e de processos e fenômenos complexos, presentes em cada realidade social específica. Na pesquisa qualitativa, a imersão do pesquisador no mundo real de suas investigações, a fim de interpretá-la e interagir com os sujeitos da pesquisa, constitui numa característica central. Esse entendimento é fortalecido a partir do instante que se aproxima a discussão teórica com a apreensão do objeto empírico pesquisado. Orientam experiências de trabalhos de campo, conversas com lideranças de movimentos sociais e sindicais, contato com comunidades camponesas, bairros da classe trabalhadora, acampamentos e assentamentos de trabalhadores sem terra, observação direta e participante em áreas atingidas por grandes empreendimentos de produção de hidroeletricidade e extrativismo mineral. Percebe-se que estas técnicas permitem uma aproximação substantiva com as tramas que compõem as relações entre os sujeitos e os territórios onde vivem e trabalham. Com isto, salta-se da frieza dos números à substância qualitativa da vida.

5 Considerações Finais

Foi proposta, inspirada nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, uma "dupla escavação arqueológica" enquanto metáfora para aproximar-se qualitativamente de territórios, cosmologias, práticas cotidianas e até sonhos que grafam a história e a vida de distintos sujeitos sociais marginalizados pelos padrões classificatórios da ciência moderna. Com isto, o conhecimento geográfico que surgiu com os filósofos gregos, atravessou a modernidade ocidental e erige-se nas pesquisas contemporâneas em Geografia, evita o "desperdício de experiências" (SANTOS, 2009), ao pautar-se na crítica à racionalidade instrumental da ciência moderna e abrir-se ao diálogo e apreensão dos continentes de experiências, lutas e saberes de camponeses, operários, quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Defende-se que as metodologias qualitativas contribuem para isto e ao fazê-lo, ampliam o campo de visão, participação e intervenção do geógrafo junto aos territórios e aos sujeitos que pesquisa.

À vista disto, o que se pretendeu averiguar com as reflexões apresentadas neste artigo ultrapassa o debate teórico e opõe-se aos pesquisadores e intelectuais que acreditam produzir suas pesquisas pensando apenas avançar na produção do conhecimento científico, e por isso, neutros, sem qualquer compromisso político e ideológico com a sociedade. Refugiam-se nos guetos acadêmicos, fechados nos gabinetes e laboratórios, sem apresentar disposição para a crítica ideológica ou até mesmo preocupar-se com as injustiças e os injustiçados, especialmente com os esfarrapados do mundo, os *condenados da terra*, para lembrar o título do livro de Frantz Fanon. Os explorados por séculos de dominação imperialista, expropriadas

da terra diante da modernização do território (seja agrícola, construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos etc.), esfacelados pela miséria e fome, jogados e esmaecendo nas favelas, debaixo das lonas pretas dos barracos em acampamentos nos latifúndios e na beira das rodovias, sem ser assistidos por qualquer política pública.

Essas preocupações, que perpassam o método e a metodologia, canalizam a atenção do pesquisador nos caminhos da investigação geográfica, contribuem para a construção de uma análise crítica e social dos territórios e seus sujeitos. Tal fato está erigido no contraponto aos que acreditam na pesquisa e seus resultados enquanto um processo individual, e no qual se pensa transmitir o "conhecimento sobre as pessoas sem conhecimento" (indígenas, quilombolas, camponeses, pescador, seringueiro, operário etc.), como são equivocamente percebidas, deslocando-se dos saberes sociais dos quais a sociedade é sempre densa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Geografia:** ciência da sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moíses, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRANDÃO, C. R. "**No Rancho Fundo**": espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CAPRA, F. **A teia da vida:** uma nova compreensão cientifica dos sistemas vivos. 11 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CHAVEIRO, E. F. A dança da natureza e a ruína da alma: Geografia e literatura – uma leitura possível. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 1, n. 2, p.174-186, dez/2007.

CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). Perspectivas da Geografia. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

DESCARTES, R. **Discurso do método.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** Tradução de Paulo Neves. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FABRINI, J. E. O sujeito e o objeto na Geografia. **Espaço Plural**, Ano VI - Nº 12 - 1º Semestre, 2005.

FANON**,** F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia.** Goiânia: Editora Cegraf UFG, 1991.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

KOSIK, k. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Adelio Toríbio. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 19.ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: e**lementos para uma análise marxista. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia:** dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 13 reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARTINS, J de. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, R. **O que é Geografia?** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais**. 1982. Disponível em: <http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/moreira-ruy_a-geografia-serve-para-desvendar-mascaras-sociais.pdf>. Acesso em: 20 de jan./2014.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança:** metamorfose da ciência. Tradução de Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia.** Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A construção da Geografia Humana**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 10 de dez./2015.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson, 2005.

SANTOS, B. S. de. S. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 5, p. 9-20 , 1988.

_____ . **Por uma Geografia Nova.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.